



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 010/2026**

**CONTRATANTE (UASG):**

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (928704)

**OBJETO:**

Contratação de empresa para fornecimento de combustível (gasolina comum e etanol) de forma parcelada, para os veículos da Câmara Municipal de Timóteo-MG

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 125.010,00 (cento e vinte e cinco mil e dez reais).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia 31/03/2026 às 13h30 (horário de Brasília).

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:**

Plataforma de Licitações COMPRASNET.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço global baseado no **maior percentual de desconto** ofertado **sobre o valor médio** dos itens publicado no site da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - **ANP**.

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto.

**EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:**

Não.

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

Sim.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**PREÂMBULO**

A Câmara Municipal de Timóteo - CMT, mediante a pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO, do tipo MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DA ANP, visando a contratação de empresa especializada no FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ETANOL) de forma parcelada, para os veículos da Câmara Municipal de Timóteo-MG, nos termos deste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Legislativo Administrativo nº 571/2023 e o Decreto Legislativo Administrativo nº 573/2023.

**1. DO OBJETO**

1.1.0 presente pregão tem por objeto a contratação de empresa, para fornecimento de combustível (gasolina comum e etanol) de forma parcelada, para os veículos da Câmara Municipal de Timóteo-MG, nos termos da tabela abaixo, conforme especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência deste edital.

Item	Especi- ficação	Catmat	Quantidade e Estimada (litros)	Valor Estimado* (R\$/L)	Valor Médio** (R\$/L)	% Média desconto sobre tabela da ANP	Valor Estimado Total*** (R\$)
1	Gasolina Comum	461506	20.000	6,03	6,02	0,22%	120.400,00
2	Etanol	486024	1.000	4,62	4,61	0,22%	4.610,00
Valor Médio Total Global (antes do desconto)							125.010,00

\*Valor médio de referência (ANP), período de 01/02/2026 a 07/02/2026, para Timóteo/MG, observada, para sua apuração, a ordem sucessiva: Timóteo/MG, Ipatinga/MG, Minas Gerais e Brasil, adotando-se, na ausência de dados, pesquisa de preços no mercado local como última alternativa.

\*\*Valor do combustível por litro, aplicado o percentual de desconto médio sobre o valor estimado da Tabela.

\*\*\*Valor total estimado, considerando o desconto aplicado por litro sobre a quantidade estimada.

1.2.Os valores quantitativos descritos na tabela acima foram estimados utilizando como base de cálculo os abastecimentos da frota da Câmara Municipal de Timóteo no exercício de 2025, após a locação de 5 (cinco) veículos, conforme detalhamento no Estudo Técnico Preliminar.

1.3.0 objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.675 de 13 de outubro de 2022.

1.4.0 prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1.0 presente procedimento licitatório será realizado por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, destinado à formação de cadastro de fornecedores e registro de preços para contratações futuras, nos termos da legislação aplicável.

2.2.0 registro de preços não gera obrigação de contratação pela Administração, constituindo apenas expectativa de contratação, podendo a Câmara Municipal de Timóteo realizar as aquisições de acordo com suas necessidades, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

2.3.As quantidades indicadas neste edital constituem estimativa de consumo, não obrigando a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados.

2.4.Os licitantes deverão apresentar proposta contemplando a totalidade do quantitativo previsto para cada item, não sendo admitida a oferta de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

2.5.Após a homologação do certame, será formalizada a Ata de Registro de Preços, na qual serão registrados o fornecedor vencedor, o percentual de desconto ofertado e as demais condições da contratação.

2.6.Poderá ser registrado mais de um fornecedor para o mesmo item, desde que aceite praticar o preço do primeiro colocado, observada a ordem de classificação do certame, com a finalidade de formação de cadastro de reserva, nos termos da legislação aplicável.

2.7.0 fornecedor vencedor será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado.

2.7.1. O não comparecimento injustificado para assinatura da ata dentro do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação pertinente.

2.8.Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração não poderá participar de mais de uma ata de



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

registro de preços com o mesmo objeto, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

2.9.Os preços registrados poderão ser alterados nas hipóteses previstas na legislação, especialmente em decorrência de:

- 2.9.1. caso fortuito ou força maior;
- 2.9.2. fato do príncipe ou fato da administração;
- 2.9.3. criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais;
- 2.9.4. aplicação de cláusula de reajuste ou revisão contratual, quando cabível.

2.10.O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- 2.10.1. descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;
- 2.10.2. recusa injustificada em firmar contrato ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 2.10.3. aplicação de penalidade que impeça o fornecedor de contratar com a Administração;
- 2.10.4. razões de interesse público devidamente justificadas pela Administração.

2.11.A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada total ou parcialmente pela Administração nas hipóteses previstas na legislação aplicável ou quando comprovada a inviabilidade da manutenção dos preços registrados.

2.12.Os preços registrados e as informações relativas à Ata de Registro de Preços serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP durante toda a sua vigência, garantindo-se a transparência e publicidade dos atos administrativos.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem as condições estabelecidas no presente edital, até a data prevista para recebimento das propostas.

3.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade da cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, ao microempreendedor individual - MEI, ao agricultor familiar e ao produtor rural pessoa física, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

3.5.1. Para fins de aplicação dos benefícios previstos na referida lei complementar, a obtenção das vantagens fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Não será aplicada cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que o objeto da contratação não se mostra tecnicamente divisível sem prejuízo à execução e ao controle do fornecimento.

3.6. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.6.1. em processo de falência, dissolução ou liquidação, ou em recuperação judicial ou extrajudicial que não comprove a viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

3.6.2. que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o Poder Público, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.6.3. estrangeiras que não funcionem no País.

3.7. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. A licitante deverá encaminhar proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas Específicas.

4.5. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº

123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.13. A documentação a ser inserida no campo próprio do sistema deverá, preferencialmente, observar as boas práticas apresentadas a seguir:

4.13.1. Arquivos em formato PDF (Portable Document Format);

4.13.2. Documentos com mais de 1 página agrupados no mesmo arquivo;

4.13.3. Nomes dos arquivos identificados:

4.13.3.1. Habilitação Jurídica;

4.13.3.2. CNPJ;

4.13.3.3. CND Federal;

4.13.3.4. CND Estadual;

4.13.3.5. CND Municipal;

4.13.3.6. CR FGTS;



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

4.13.3.7.CNDT;

4.13.3.8.CN Falência ou Concordata.

**5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.1.1.0 preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxa, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver;

5.1.2. Marca e modelo, quando for o caso;

5.1.3. Fabricante, quando for o caso;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o



compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Não será permitida a oferta de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

6.3.0 sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4.0 sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6.0 lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto sobre o valor global do contrato.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9.0 intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 % (zero vírgula zero um por cento).

6.10. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11.0 procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.12. No presente edital, o modo de disputa adotado é do tipo "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances

conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

6.21.A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.22.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.23.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.24.Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.25.1.disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.25.2.avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.25.3.desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.25.4.desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.25.5.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.25.5.1.empresas estabelecidas no território do Estado em que este órgão se localiza (Minas Gerais);

6.25.5.2.empresas brasileiras;

6.25.5.3.empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25.6. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.7. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.9. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.10. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

6.25.11. Quando necessário, o Pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos.

6.26. Para correta avaliação das especificações técnicas dos produtos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação ficha técnica, folder, catálogo, ou outro dispositivo que permita a verificação das especificações. Neste caso, o fornecedor deverá encaminhar o documento por meio da opção própria no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro.

6.27. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.28. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.5 e 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.4. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

7.2.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3.Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4.Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.6 deste edital.

7.6.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para

contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Considerando que o critério de julgamento da presente licitação é o de maior desconto sobre a tabela da ANP, eventuais percentuais de desconto que se mostrem excessivos ou incompatíveis com os preços praticados no mercado poderão ser objeto de diligência pelo Pregoeiro, a fim de verificar a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso haja indícios de inexequibilidade, o licitante será convocado para comprovar a viabilidade de sua proposta, mediante apresentação de justificativas e documentos que demonstrem a possibilidade de execução do objeto nas condições ofertadas.

7.10. A inexequibilidade somente será declarada após a realização de diligência que comprove a impossibilidade de execução do objeto nas condições propostas.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. O rol completo dos documentos de habilitação exigidos neste certame encontra-se disposto no Anexo III – Documentos de Habilitação, que integra este edital para todos os fins.

8.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos de habilitação previstos neste edital, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, podendo a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

ser substituída pelo registro cadastral do licitante no referido sistema, na forma da legislação aplicável.

8.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados pelo licitante por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da convocação do Pregoeiro no sistema eletrônico, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

8.5. Somente haverá necessidade de apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital apresentado ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente à correção ou atualização quando identificar inconsistências ou dados desatualizados.

8.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

8.8. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, para:

8.8.1. complementar informações acerca de documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.8.2. atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos ou sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada registrada em ata e acessível a todos os interessados.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda às exigências do edital.

8.11. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte observará o disposto na legislação específica aplicável.



## **9. DO VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

9.1.0 valor estimado para a aquisição do objeto deste Edital, é de R\$ 125.010,00 (cento e vinte e cinco mil e dez reais), conforme custo unitário e memorial de cálculo no relatório do Estudo Técnico Preliminar - ETP e seu(s) anexo(s).

9.1.1. O preço a ser pago pela Administração corresponderá ao valor médio divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para o Estado de Minas Gerais, vigente na semana do abastecimento, aplicado o percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora.

9.1.2. O percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora permanecerá fixo durante toda a vigência do contrato, aplicando-se sobre o valor médio semanal divulgado pela ANP.

9.1.3. As variações do preço médio divulgadas pela ANP não caracterizam reajuste contratual, constituindo apenas atualização do preço de referência do combustível.

9.2.0 prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**11. DOS RECURSOS**

11.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, bem como à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.0 prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata.

11.3.Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação de licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração do vencedor, no prazo informado pelo sistema eletrônico, sob pena de preclusão.

11.4.Manifestada a intenção de recorrer, o licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, em campo próprio do sistema.

11.5.Na hipótese de adoção da inversão de fases, prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais iniciar-se-á na data de intimação da ata de julgamento.

11.6.Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7.0 recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9.0 recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1.0 objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos

praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. Após a homologação, será providenciada a divulgação, no Portal Nacional de Contratações Públicas, dos documentos elaborados na fase preparatória da contratação que não tenham integrado o edital e seus anexos, nos termos do art. 54, §3º, da Lei nº 14.133 de 2021.

### **13. DO PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta indicada na proposta, devendo constar o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente para crédito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da apresentação da nota fiscal ou fatura devidamente atestada pela Secretaria Administrativa, após verificada a regular execução do objeto e realizada a liquidação da despesa.

13.2. A Secretaria Administrativa terá o máximo de 02 (dois) dias úteis para realizar a aceitação e atestar a sua aceitação no documento fiscal.

13.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, obrigatoriamente, com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho.

13.4. A contratada ficará obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica - Nfe modelo 55 em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A.

13.5. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

13.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

13.7. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer nota fiscal/fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

13.8. A CONTRATANTE poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

força de lei.

13.9.No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

#### **14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1.Os recursos necessários ao atendimento das despesas do presente termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 01.01.01.031.0101.4001.3.3.90.30.8 (Material de Consumo).

#### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1.0 descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Câmara Municipal de Timóteo-MG, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

15.1.1.**Multa compensatória no percentual de 20%** (vinte por cento), calculada sobre o valor total da ata, pela recusa em assiná-la, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

15.1.2.**Multa de mora no percentual correspondente a 0,5 %** (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% do valor contratado.

15.1.3.**Multa compensatória no percentual de 20%** (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato pela inadimplência total do contrato.

15.1.4.**Advertência.**

15.2.A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outros, previstas na Lei Federal 14.133/2021, inclusive a responsabilidade da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

15.3.O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

15.4.As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.5.Em qualquer hipótese e aplicação de sanções, fica assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

## **16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1.Integram este Pregão:

16.1.1. Anexo I: Termo de Referência.

16.1.2. Anexo II: Modelo de Proposta Comercial.

16.1.3. Anexo III: Documentos de Habilitação

16.1.4. Anexo IV: Declarações

16.1.5. Anexo V: Minuta da Ata de Registro de Preços.

16.1.6. Anexo VI: Minuta do Contrato Administrativo decorrente da Ata de Registro de Preços

16.1.7. Anexo VII: Estudo Técnico Preliminar.

16.2.Fica assegurado à Câmara o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.3.Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.4.Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

16.5.Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

16.6.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

16.7.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

16.8.0 desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

16.9.As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.10.Os casos omissos neste edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, com apoio da autoridade competente, com fundamento na Lei nº 14.133 de 2021 e demais normas aplicáveis.

16.11.Os contratos e demais instrumentos decorrentes deste procedimento licitatório serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo tal divulgação condição indispensável para sua eficácia.

16.12.0 foro da Comarca de Timóteo/MG é o competente para dirimir quaisquer questões relativas ao presente edital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Timóteo, 12 de março de 2026.

Adriano Costa Alvarenga  
Presidente

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa, para fornecimento de combustível, gasolina comum e etanol, de forma parcelada, para os veículos da Câmara Municipal de Timóteo-MG. Processando-se nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Legislativo Administrativo nº 571/2023 e do Decreto Legislativo Administrativo nº 573/2023, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, utilizando o critério de julgamento *maior percentual de desconto ofertado sobre o valor médio dos itens publicado no site da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP*.

### 1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021)

1.1 Contratação de empresa, para fornecimento de combustível, gasolina comum e etanol, de forma parcelada, para os veículos da Câmara Municipal de Timóteo-MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Cat Mat	Quantidade Estimada (litros)	Valor Estimado* (R\$/L)	Valor Médio** (R\$/L)	% Média desconto sobre tabela da ANP	Valor Estimado Total*** (R\$)
1	Gasolina Comum	461506	20.000,00	6,03	6,02	0,22%	120.400,00
2	Etanol	486024	1.000,00	4,62	4,61	0,22%	4.610,00
Valor Total Estimado							125.010,00

\*Valor médio de referência (ANP), período de 01/02/2026 a 07/02/2026, para Timóteo/MG, observada, para sua apuração, a ordem sucessiva: Timóteo/MG, Ipatinga/MG, Minas Gerais e Brasil, adotando-se, na ausência de dados, pesquisa de preços no mercado local como última alternativa.

\*\*Valor do combustível por litro, aplicado o percentual de desconto médio sobre o valor estimado da Tabela.

\*\*\*Valor total estimado, considerando o desconto aplicado por litro sobre a quantidade estimada.

1.2 Os valores quantitativos descritos na tabela acima foram estimados utilizando como base de cálculo os abastecimentos da



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

frota da Câmara Municipal de Timóteo no exercício de 2025, após a locação de 5 (cinco) veículos, conforme detalhamento no Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.675 de 13 de outubro de 2022.

1.4 A licitante vencedora se compromete a fornecer à Câmara de Timóteo os itens durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

1.5 Em caso de divergência entre as descrições constantes no CatMat e no presente Termo de referência, prevalecem as do último.

1.6 Regime de fornecimento será feito de forma contínua conforme ordem de compra emitida pelo fiscal do contrato durante a vigência do contrato.

1.7 A licitante vencedora deverá estar em plenas condições de atendimento no prazo máximo de até 3 (três) dias da data assinatura contratual.

1.8 A licitante vencedora deverá manter estabelecimento no perímetro urbano localizado a, no máximo, 15 km da sede da Câmara Municipal de Timóteo, a ser comprovada em 3 (três) dias após a publicação do extrato do contrato.

1.9 A licitante vencedora deverá fornecer os combustíveis em seu próprio estabelecimento, de posse da requisição emitida pela Câmara Municipal de Timóteo e assinada por servidor responsável, devendo emitir cupom fiscal que especifique a marca e modelo do veículo, placa, quantidade de combustível, nome do condutor do veículo e campo sua assinatura.

1.10 Os abastecimentos serão efetuados somente com a apresentação da requisição e nas quantidades estipuladas na mesma.

1.11 O fornecimento deve ser realizado de forma continuada.

**2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)**



2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo.

3.2 O ciclo de vida do objeto licitado terá o apoio técnico aos processos de gestão, de planejamento e de avaliação da qualidade, executados pelo setor de transporte, com supervisão exclusiva do fiscal do contrato, que participará do recebimento e fiscalização dos abastecimentos feitos nos veículos da frota da Câmara.

### **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

1. A Câmara Municipal de Timóteo-MG reserva-se o direito de não receber o produto em desacordo com as especificações descritas neste termo de referência, podendo cancelar o contrato assinado entre as partes;
2. A licitante vencedora é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, produtos em que se verificarem irregularidades, sem prejuízo da rescisão do contrato, com aplicação das sanções cabíveis;
3. A contratante reserva-se o direito de adquirir a totalidade ou parte dos produtos de acordo com a necessidade da Câmara Municipal de Timóteo-MG;
4. Será exigido dos licitantes vencedores, padrão de qualidade e primeira linha, conforme todas as exigências dos órgãos reguladores de postos de combustíveis;
5. A contratada cabe responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente à Câmara Municipal de Timóteo-MG, ou a terceiros, decorrentes de acontecimentos no fornecimento dos combustíveis, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade;
6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

4.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, uma vez que o presente processo para aquisição de combustíveis não configura uma contratação de grande vulto e não possui alta complexidade, sendo dispensável a exigência de garantia contratual.

**5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

**5.1 Condições de Execução**

**5.1.1 Da vigência contratual:**

5.1.1.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato/Ata de Registro de Preços, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1.2 A prorrogação do objeto é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

**5.1.2 Do Reajuste de preços:**

5.1.2.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

5.1.2.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.1.2.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.1.2.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.1.2.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.1.2.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.1.2.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

5.1.3 A licitante vencedora se compromete a fornecer à Câmara os combustíveis por 24 horas, sete dias por semana, todos os dias da semana e comunicar com antecedência mínima de 48 horas qualquer dificuldade ou impedimento referente ao cumprimento do contrato.

5.1.4. Os abastecimentos serão efetuados somente com a apresentação da requisição e nas quantidades estipuladas na mesma.

## **6 MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (arts. 6º, XXIII, alínea "f" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)**

6.1 A fiscalização da execução do Contrato será exercida pela servidora Aline Mendes de Oliveira Paiva tendo como suplente o servidor Kenny Walkmar Souza Bragança, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput e do Decretos Legislativo Administrativo nº 573 de 2023.

6.2 A gestão do contrato ficará a cargo da servidora Marcela de Assis Roque tendo como suplente a servidora Jennifer Malaquias Pereira Nicolau Gomes, responsável pela liquidação da despesa e pelo cumprimento das obrigações assumidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput e do Decretos Legislativo Administrativo nº 573 de 2023.

6.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

6.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**7 PAGAMENTO (arts. 6º, XXIII, alínea "g" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

7.1 O pagamento será efetuado semanalmente, em até 15 (quinze) dias após a entrega da nota fiscal e sua aceitação pelo gestor do contrato. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída.

7.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, obrigatoriamente, com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos

documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como na Nota de Empenho.

7.3 Todas as Notas Fiscais deverão ser emitidas pela empresa contratada e deverão ser encaminhadas para o e-mail [compras@timoteo.mg.leg.br](mailto:compras@timoteo.mg.leg.br).

7.4 Caso a nota fiscal apresentada contenha erro, a empresa contratada será comunicada pelo gestor ou fiscal do contrato para correção e/ou complementação de informações, ficando o prazo para o pagamento suspenso, sem que isso gere encargos financeiros para a CONTRATANTE, até que todas as divergências sejam dirimidas, procedimento este aplicado, também, diante da falta de documentação necessária para pagamento.

7.5 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da empresa contratada, importará em prorrogação automática do prazo dos procedimentos de liquidação e pagamento da Nota Fiscal.

7.6 O fornecedor de bens ou prestador de serviço deverá destacar a retenção de Imposto de renda (IRRF) no documento fiscal conforme Instrução Normativa da RFB nº 1.234/2012 e suas alterações. Caso o fornecedor seja empresa optante pelo Simples Nacional ou pessoa jurídica amparada por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda estão dispensadas da retenção do IRRF. Nesses casos, a condição deverá ser informada por meio de declaração (conforme modelos anexos da IN 1.234/2012) que deverá ser anexada em todo documento fiscal emitido para a Câmara Municipal de Timóteo.

7.7 A Câmara Municipal de Timóteo não efetuará o ressarcimento de nenhum imposto pago pela empresa contratada.

7.8 Quando do pagamento, a empresa deve demonstrar regularidade fiscal por meio da apresentação das seguintes certidões:

1. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
3. Certificado de Regularidade do FGTS;
4. Certidão Negativa de Débitos Municipal, referente ao município em que está localizada a sede da empresa;



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

5. Certidão Negativa de Débitos Estadual, referente ao Estado em que está localizada a sede da empresa.

**8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (arts. 6º, XXIII, alínea "h" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento na hipótese do art. 29 da lei nº 14.133/2021, que culminará na seleção de proposta de maior percentual de desconto oferecido sobre o valor médio dos itens publicado no site da Agência nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

**9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (arts. 6º, XXIII, alínea "i" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 125.010,00 (cento e vinte e cinco mil e dez reais).

**10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (arts. 6º, XXIII, alínea "j" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

10.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas do presente termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **01.01.01.031.0101.4001.3.3.90.30.8** (Material de Consumo).

10.2 O Plano de Contratação Anual (PCA) referente ao exercício de 2026 não foi publicado.

**11 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

11.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, uma vez que o presente processo não configura uma contratação de grande vulto e não possui alta complexidade, sendo dispensável a exigência de garantia contratual.

**12 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

12.1 As partes deverão cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) quanto a

todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Timóteo, 23 de fevereiro de 2026.

**Aline Mendes de Oliveira Paiva Campideli**  
Coordenadora de Transporte



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Timóteo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2026

Validade da Proposta: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

FAX:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

Item	Especi- ficação	Catmat	Quantida de Estimada (litros)	Valor Estimado* (R\$/L)	Valor Médio** (R\$/L)	% Média desconto sobre tabela da ANP	Valor Estimado Total*** (R\$)
1	Gasolina Comum	461506	20.000	6,03			
2	Etanol	486024	1.000	4,62			
Valor Médio Total Global (antes do desconto)							

\*Valor médio de referência (ANP), período de 01/02/2026 a 07/02/2026, para Timóteo/MG, observada, para sua apuração, a ordem sucessiva: Timóteo/MG, Ipatinga/MG, Minas Gerais e Brasil, adotando-se, na ausência de dados, pesquisa de preços no mercado local como última alternativa.

\*\*Valor do combustível por litro, aplicado o percentual de desconto médio sobre o valor estimado da Tabela.

\*\*\*Valor total estimado, considerando o desconto aplicado por litro sobre a quantidade estimada.

PREÇO GLOBAL: \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

Declaramos que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Obs.: Este documento deve ser feito em papel timbrado da empresa e deve conter assinatura do representante legal.

Assinatura e Carimbo de CNPJ

Nome completo do Declarante



### **ANEXO III - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

#### **1) Habilitação jurídica**

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio do Portal do Empreendedor [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

#### **2) Disposições sobre os documentos de constituição**

2.1 Os documentos de constituição social deverão explicitar o objeto social, a sede da empresa e os responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar documentos em nome da empresa.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

2.2 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2.3 O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores ainda não consolidadas.

2.4 O objeto social constante do ato constitutivo da licitante deverá ser compatível com o objeto da presente licitação.

**3) Regularidade fiscal, social e trabalhista**

a) comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ ou CPF;

b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) comprovante de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou da sede da licitante, por meio de certidão emitida pelo órgão competente;

e) comprovante de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou da sede da licitante;

f) comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

3.1 Não serão aceitos documentos que comprovem a regularidade fiscal de apenas parte dos tributos de competência do ente federado.

3.2 Serão aceitas certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

3.3 Quando as certidões apresentadas não consignarem prazo de validade, serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão, salvo disposição legal em contrário.

#### **4) Qualificação técnica**

a) Registro ou autorização de funcionamento como revendedor varejista de combustíveis, expedido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, devendo o estabelecimento encontrar-se em situação regular e ativa no cadastro da Agência;

b) Licença ambiental válida expedida pelo órgão ambiental competente da jurisdição do estabelecimento da licitante, nos termos da legislação ambiental aplicável;

c) Documento que comprove vínculo de fornecimento com distribuidora de combustíveis autorizada pela ANP para comercialização com revendedores varejistas, podendo consistir em contrato, declaração ou instrumento equivalente que comprove a origem regular do combustível;

d) Declaração de que a licitante se comprometerá a fornecer combustível em período integral (24 horas), na área urbana do Município de Timóteo/MG, sempre que solicitada pela Câmara Municipal de Timóteo, durante o período contratado.

#### **5) Qualificação econômico-financeira**

Considerando a natureza do objeto e o valor estimado da contratação, não será exigida comprovação de qualificação econômico-financeira, nos termos da legislação aplicável.

#### **6) Disposição final sobre habilitação**

A documentação exigida neste Anexo corresponde aos requisitos mínimos de habilitação necessários à execução do objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**ANEXO IV - DECLARAÇÕES**

A Câmara Municipal de Timóteo

Pregão Eletrônico nº 001/2026

A empresa [nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.)], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [XXXXXXXXXXXX], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [XXXXXXXXXXXX], inscrito no CPF sob o nº [XXXXXXXXXXXX], DECLARA, sob as penalidades da lei e sob pena de desclassificação que, suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º, do inciso IV, do Art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021 e em outras normas específicas.

[cidade], XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

---

Nome da Empresa

A Câmara Municipal de Timóteo

Pregão Eletrônico nº 001/2026

A empresa [nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.)], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [XXXXXXXXXXXX], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [XXXXXXXXXXXX], inscrito no CPF sob o nº [XXXXXXXXXXXX], DECLARA, sob as penalidades da lei e sob pena de desclassificação que, não tem contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de porte/microempresa, na data de entrega das propostas, nos termos do § 2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[cidade], XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

---

Nome da Empresa

A Câmara Municipal de Timóteo

Pregão Eletrônico nº 001/2026

A empresa [nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.)], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [XXXXXXXXXXXX], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [XXXXXXXXXXXX], inscrito no CPF sob o nº [XXXXXXXXXXXX], DECLARA, sob as penalidades da lei e sob pena de desclassificação, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico XX/2026 e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.

[cidade], XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

---

Nome da Empresa



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº \_\_\_\_/2026**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, com sede na Avenida Acesita, nº 3.210, Bairro São José, em Timóteo/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.112.673/0001-36, neste ato representada por seu Presidente, Vereador \_\_\_\_\_, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no \_\_\_\_\_, processo administrativo nº 010/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, e representada legalmente por \_\_\_\_\_, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, e às cláusulas a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de combustível (gasolina comum e etanol), de forma parcelada, para abastecimento dos veículos da Câmara Municipal de Timóteo/MG, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, os quantitativos estimados e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Especi- ficação	Catmat	Quantidad e Estimada (litros)	Valor Médio* (R\$/L)	% desconto sobre tabela da ANP	Valor Estimado
1	Gasolina Comum	461506	20.000	6,02	____%	
2	Etanol	486024	1.000	4,61	____%	

**\* Valor médio apurado conforme levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.**

2.2. O valor a ser pago corresponderá ao preço médio divulgado pela ANP para o município ou região, aplicado o percentual de desconto ofertado pela empresa vencedora, vigente na data do abastecimento.

2.3. O quantitativo indicado constitui estimativa de consumo, não gerando obrigação de contratação pela Administração.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Durante a vigência da ata, órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. justificativa da vantagem da adesão;

3.1.2. demonstração da compatibilidade dos preços com o mercado;

3.1.3. consulta e aceitação prévia do órgão gerenciador e do fornecedor.

3.2. Após autorização, o órgão não participante deverá efetivar a contratação em até **90 dias**, respeitado o prazo de vigência da ata.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS LIMITES PARA ADESÃO**

4.1 As contratações adicionais não poderão exceder:

4.1.1. 50% do quantitativo registrado por item para cada órgão aderente;

4.1.2. o dobro do quantitativo total registrado na ata, independentemente do número de aderentes.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR**

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5.2. Fornecer combustível (gasolina comum e etanol) à contratante sempre que solicitado, em período integral (24 horas).

5.3. Manter, durante a vigência da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4. Indicar preposto para representá-la na execução das futuras contratações.

5.5. Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, observando as especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

5.6. Substituir imediatamente, às suas expensas, qualquer produto comprovadamente adulterado ou contaminado.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

- 6.1 Emitir as ordens de fornecimento ou celebrar os contratos decorrentes desta Ata.
- 6.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas.
- 6.3 Efetuar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos no edital e no instrumento contratual.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

- 7.1 A fiscalização da execução das contratações decorrentes desta Ata será exercida pela servidora Aline Mendes de Oliveira Paiva, tendo como suplente o servidor Kenny Walkmar Souza Bragança, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021 e do Decreto Legislativo Administrativo nº 573/2023.
- 7.2 A gestão das contratações ficará a cargo da servidora Marcela de Assis Roque, tendo como suplente Jennifer Malaquias Pereira Nicolau Gomes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA REVISÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

- 8.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado.
- 8.2 Caso o preço de mercado se torne superior ao registrado, o fornecedor poderá solicitar revisão, devendo comprovar a ocorrência de fato superveniente.
- 8.3 A Administração poderá convocar o fornecedor para negociar a redução dos preços registrados.

**CLÁUSULA NONA - DA VALIDADE DA ATA**

- 9.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e comprovação de vantajosidade do preço registrado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES**

- 10.1. As contratações decorrentes desta ata serão formalizadas mediante:
- a) contrato administrativo;
  - b) emissão de nota de empenho;
  - c) autorização de fornecimento; ou



d)outro instrumento hábil nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133 de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de:

- a)redução de preços praticados no mercado;
- b)fato superveniente que eleve o custo do objeto;
- c)força maior ou caso fortuito;
- d)criação ou alteração de tributos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS**

12.1. Caso o preço registrado torne-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço.

12.2. Caso não haja acordo, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

13.1. O registro de preços poderá ser cancelado:

I - por iniciativa da Administração, quando o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou das contratações dela decorrentes;

II - quando o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior ao praticado no mercado;

III - quando o fornecedor sofrer sanção administrativa que o impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração;

V - a pedido do fornecedor, quando comprovada a ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações assumidas, decorrente de caso fortuito ou força maior.

13.2. O cancelamento do registro de preços será formalizado por despacho da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar aplicação das sanções previstas no edital e no art. 156 da Lei nº 14.133 de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. As condições de execução, fornecimento, prazos de pagamento, fiscalização e demais obrigações encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante do edital.

15.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, podendo ser realizada licitação específica, desde que devidamente justificada.

15.3. Fica eleito o foro da Comarca de Timóteo/MG para dirimir quaisquer controvérsias.

E, por estarem de acordo, firmam a presente Ata em 4 (quatro) vias de igual teor.

Timóteo/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Presidente da Câmara Municipal de Timóteo  
Órgão Gerenciador

Representante da Empresa  
Fornecedor Registrado

**ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DECORRENTE  
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, Poder Legislativo Municipal, com sede na Avenida Acesita, 3.210, Bairro São José, em Timóteo-MG., inscrita no CNPJ sob o nº 17.112.673/0001-36, neste ato representada por seu Presidente o vereador \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade RG \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ adiante denominada CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, e representada legalmente por \_\_\_\_\_ (qualificação - endereço), adiante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no processo nº 010/2026, e em observância às disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 003/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** (art. 92, I e II)

1.1. O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de combustível (gasolina comum e etanol) de forma parcelada, para os veículos da Câmara Municipal de Timóteo-MG, conforme especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência deste edital.

1.2. Descrição do objeto e quantidade

Item	Especi- ficação	Catmat	Quantid ade Estimad a (litros )	Valor Estimado * (R\$/L)	Valor Médio ** (R\$/L )	% Média descont o sobre tabela da ANP	Valor Estimado Total*** (R\$)
1	Gasolina Comum	461506	20.000	6,03	6,02	0,22%	120.400,0 0
2	Etanol	486024	1.000	4,62	4,61	0,22%	4.610,00
Valor Médio Total Global (antes do desconto)							125.010,0 0

\*Valor médio de referência (ANP), período de 01/02/2026 a 07/02/2026, para Timóteo/MG, observada, para sua apuração, a ordem sucessiva: Timóteo/MG, Ipatinga/MG, Minas Gerais e Brasil, adotando-se, na ausência de dados, pesquisa de preços



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

no mercado local como última alternativa.

\*\*Valor do combustível por litro, aplicado o percentual de desconto médio sobre o valor estimado da Tabela.

\*\*\*Valor total estimado, considerando o desconto aplicado por litro sobre a quantidade estimada.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

**2.1. DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

2.1.1. Fornecer combustível (gasolina comum e etanol), à contratante sempre que solicitada, em período integral (24 horas);

2.1.2. Manter, durante a vigência deste contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.1.3. Indicar preposto para representá-la na execução deste Contrato, aceito pela Administração. A dispensa deste deverá ser comunicada, imediatamente, à Contratante, com indicação do substituto;

2.1.4. Emitir documento fiscal do produto fornecido até o último dia útil de cada mês, encaminhando-o à Secretaria Administrativa da Contratante;

2.1.5. Comunicar com antecedência mínima de 48 horas qualquer dificuldade ou impedimento referente ao cumprimento deste contrato;

2.1.6. Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, que deverão obedecer às especificações determinadas pela ANP - Agência Nacional de Petróleo, bem como efetuar, às suas expensas, a substituição imediata de qualquer produto, comprovadamente, adulterado e/ou contaminado, arcando com todos os prejuízos decorrentes do uso do produto adulterado e/ou contaminado.

**2.2. DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

2.2.1. Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada;

2.2.2. Prestar quaisquer esclarecimentos pertinentes ao objeto do presente Contrato que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada;

2.2.3. Fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações;

2.2.4. Efetuar os pagamentos nos termos estipulados neste instrumento e no Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E GERÊNCIA DO CONTRATO**

3.1 A fiscalização da execução do Contrato será exercida pela servidora Aline Mendes de Oliveira Paiva tendo como suplente o servidor Kenny Walkmar Souza Bragança, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput e do Decretos Legislativo Administrativo nº 573 de 2023.

3.2. A gestão do contrato ficará a cargo da servidora Marcela de Assis Roque tendo como suplente a servidora Jennifer Malaquias Pereira Nicolau Gomes, responsável pela liquidação da despesa e pelo cumprimento das obrigações assumidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput e do Decreto Legislativo Administrativo nº 573 de 2023.

3.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

3.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

3.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

3.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

3.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

3.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

3.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

4.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável na



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. A prorrogação do objeto é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (art. (92, V)**

5.1 A Contratante somente pagará pelo produto efetivamente fornecido, previamente autorizado pela Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Timóteo, observados os critérios de formação de preço estabelecidos neste contrato e na proposta vencedora, limitando-se ao valor total estimado de R\$ \_\_\_\_\_.

5.2 O preço a ser pago pela Administração corresponderá ao valor médio semanal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para o Estado de Minas Gerais, vigente na semana do abastecimento, aplicado o percentual de desconto ofertado pela contratada em sua proposta.

5.3 O percentual de desconto ofertado pela contratada permanecerá fixo e irreeajustável durante toda a vigência do contrato, aplicando-se sobre o valor médio divulgado pela ANP.

5.4 Eventuais revisões contratuais poderão ocorrer nas hipóteses previstas na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133 de 2021, quando comprovado desequilíbrio econômico-financeiro.

5.5. As alterações de valores decorrentes da atualização da tabela da ANP não caracterizam reajuste contratual, constituindo apenas atualização do preço de referência do combustível.

**CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI).**

6.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo, para isso, ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e nº da Conta-Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura, que deverá estar aceita e atestada pela Secretaria Administrativa.

6.2. A Secretaria Administrativa terá o máximo de 02 (dois)

dias úteis para realizar a aceitação e atestar a sua aceitação no documento fiscal.

6.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, obrigatoriamente, com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho.

6.4. A contratada ficará obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica - Nfe modelo 55 em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A.

6.5. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplimento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

6.7. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer nota fiscal/fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

6.8. A CONTRATANTE poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força de lei.

6.9. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Câmara Municipal de Timóteo-MG, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

7.1.1. **Multa compensatória no percentual de 20%** (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-la, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021;

7.1.2. **Multa de mora no percentual correspondente a 0,5 %** (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% do valor contratado;

7.1.3. **Multa compensatória no percentual de 20%** (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato pela inadimplência total do contrato;



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**7.1.4. Advertência.**

7.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal 14.133/2021, inclusive a responsabilidade da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

7.3. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

7.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.5. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções, fica assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 92, XIX)**

8.1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará sua rescisão com as consequências nele previstas, sendo aplicadas nos seguintes casos:

8.1.1. Quando ocorrer descumprimento de cláusula deste Contrato e a Câmara de Timóteo não optar pela cobrança de multa prevista na cláusula sétima.

8.1.2. Revelando a Contratada incapacidade e inidoneidade durante a execução deste contrato.

8.1.3. Deixar de fornecer o objeto, sem justificativa.

8.1.4. Existir reclamações constantes e julgamento desaprovando a qualidade dos produtos fornecidos.

8.1.5. No caso de insolvência ou falência da Contratada.

8.2. Ocorrendo à rescisão por quaisquer dos motivos especificados, fica suspenso o pagamento à Contratada, até que se apurem eventuais perdas e danos causados à Câmara Municipal de Timóteo.

**CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

9.1. A Contratada deverá fornecer os produtos, mediante a apresentação de Ordem de Fornecimento assinada por servidor responsável, autorizado pela Câmara Municipal de Timóteo.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

10.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão pela



seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente desta Câmara:  
01.01.01.031.0101.4001.3.3.90.30.8 (Material de Consumo).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. A parte que infringir os termos do presente Contrato, responderá por perdas e danos, consoante o que for apurado, podendo ensejar até mesmo a sua imediata rescisão.

11.2. O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo a referida divulgação condição indispensável para sua eficácia.

11.3. Fica eleito o foro da Comarca de Timóteo para dirimir questões porventura advindas do presente instrumento.

E, por assim estarem justas e contratadas, depois de lido e achado conforme, assinam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor.

Timóteo.... de ..... de 2026.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**ANEXO VI – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

Diante da necessidade permanente de garantir o pleno funcionamento da frota oficial da Câmara Municipal de Timóteo, faz-se imprescindível a aquisição contínua de combustíveis, de modo a assegurar que todos os veículos permaneçam regularmente abastecidos e aptos à execução das atividades institucionais, sem prejuízo à prestação dos serviços públicos.

O fornecimento de combustíveis caracteriza-se como aquisição de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que se trata de insumo essencial à manutenção das atividades administrativas e operacionais do Poder Legislativo Municipal, cuja interrupção comprometeria o regular desempenho das funções institucionais.

Ressalta-se que, no exercício de 2025, houve ampliação significativa da frota de veículos da Câmara Municipal de Timóteo, decorrente da incorporação de cinco veículos locados – sendo quatro sedans e uma pick-up – por meio do Processo de Compra nº 69/2025, Adesão nº 02/2025. Tal expansão elevou de forma relevante a demanda por combustível, impactando diretamente o volume de consumo anteriormente estimado.

Assim, considerando a frota total atualmente em operação, bem como a necessidade de planejamento adequado para o exercício de 2026, torna-se indispensável a realização de procedimento de contratação que contemple quantitativos compatíveis com a realidade atual de utilização dos veículos. Por fim, o objeto é considerado comum para os fins e efeitos desta contratação, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido por meio de especificações usuais no mercado.

**2 DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)**

O Plano de Contratação Anual (PCA) referente ao exercício de 2026 não foi publicado ainda. A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A mesma deverá ocorrer pela fonte de recurso na dotação 01.01.01.031.0101.4001.3.3.90.30.8 (Material de Consumo).

### **3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

Foram definidos os seguintes requisitos para a contratação:

- A empresa vencedora deverá fornecer os combustíveis em seu próprio estabelecimento, de posse da requisição emitida pela Câmara Municipal de Timóteo e assinada por servidor responsável, devendo emitir cupom fiscal que especifique a marca e modelo do veículo, placa, quantidade de combustível, nome do condutor do veículo e campo sua assinatura.
- Os abastecimentos serão efetuados somente com a apresentação da requisição e nas quantidades estipuladas na mesma.
- A empresa vencedora deverá manter estabelecimento no perímetro urbano localizado a, no máximo, 15 km da sede da Câmara Municipal de Timóteo.
- A empresa vencedora deverá estar em plenas condições de atendimento no prazo máximo de até 3 (três) dias da data da assinatura contratual.
- A empresa vencedora se compromete a fornecer à Câmara de Timóteo os itens durante 24 horas por dia, 7 dias por semana. Tal exigência não constitui mera conveniência administrativa, mas sim uma condição essencial para o atendimento do interesse público, fundamentada nos seguintes pilares:

\* Do Princípio da Continuidade do Serviço Público e Atividade Legislativa

Diferentemente de órgãos estritamente administrativos, o Poder Legislativo possui uma dinâmica de atuação que transcende o horário comercial padrão. As funções de fiscalização parlamentar, a participação em reuniões comunitárias, audiências públicas itinerantes e a representação institucional ocorrem rotineiramente em períodos noturnos, finais de semana e feriados.

\* Da Eficiência Logística e Disponibilidade da Frota (Pronto Emprego)

A operacionalidade da frota exige que os veículos estejam em estado de "pronto emprego". A ausência de fornecimento ininterrupto cria gargalos logísticos críticos:

Exemplo Operacional: Veículos que retornam de viagens oficiais ou missões de fiscalização no final da noite precisam estar devidamente abastecidos para saídas programadas nas primeiras



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

horas da manhã seguinte.

\* **Gestão de Riscos:** A limitação de horário forçaria os condutores a realizar abastecimentos preventivos desnecessários ou "correr" contra o horário de fechamento do posto, o que compromete o planejamento das rotas e a segurança dos servidores, além de gerar ineficiência no fluxo de trabalho da garagem da Câmara.

\* **Da Inexistência de Restrição à Ampla Competitividade**

**Prática Comum de Mercado:** A operação 24 horas é uma condição padrão e usual no mercado de revenda de combustíveis em polos urbanos e sedes municipais como Timóteo/MG. Diversos estabelecimentos da região já operam sob este regime para atender à demanda privada e de frotas comerciais.

**4 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)**

ITEM	QUANTIDADE
GASOLINA COMUM	20.000 litros
ETANOL HIDRATADO	1.000 litros

Diferente das licitações passadas, que exigiram a celebração de termos de aditamento para suprir a escassez de combustível antes do término da vigência contratual, a presente estimativa de 20.000 litros de gasolina visa corrigir essa distorção. O aditamento recorrente demonstra que as médias históricas anteriores não refletiam a realidade operacional da Câmara Municipal de Timóteo, ferindo o planejamento logístico.

É imperativo destacar que, a partir de agosto do ano anterior, houve um incremento real de 5 (cinco) novos veículos alugados à frota ativa.

\* Considerando que o mês de maior consumo registrou 1.335,28 litros (relatório anexo);

\* Considerando a projeção anual baseada nesse pico para absorver a nova demanda da frota ampliada;

\* O quantitativo apresenta-se como uma média mensal de aproximadamente 1.666 litros, valor este que se mostra compatível com a nova realidade de 12 meses de contrato, sem as margens de erro que levaram aos aditivos anteriores.

Com fulcro no Art. 82 da Lei 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços (SRP) é, por definição, uma formalização de preços para eventual contratação.

"A Administração não está obrigada a adquirir o total do quantitativo registrado, o que confere ao Órgão a segurança de um teto operacional sem a obrigatoriedade do desembolso financeiro imediato ou integral."

Portanto, o quantitativo maior atua como uma Margem de Segurança Institucional, garantindo que o Poder Legislativo não sofra solução de continuidade em suas atividades de fiscalização e representação por falta de combustível, respeitando o Princípio da Eficiência (Art. 37, CF/88).

A manutenção dos 20.000 litros justifica-se para evitar o custo administrativo de novos processos licitatórios precoces e para adequar o contrato à nova volumetria da frota, garantindo que o preço registrado seja aproveitado em sua máxima potencialidade de economia e escala.

## **5 LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18º, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021)**

No exercício anterior, foram realizadas pesquisas em licitações similares e em editais de outras instituições municipais, com o objetivo de identificar metodologias alternativas ou eventuais inovações capazes de melhor atender à demanda ora apresentada. Nesse levantamento, identificou-se a existência, no mercado, de modelo de aquisição por meio de cartão corporativo de combustível, no qual o ente contratante possui liberdade para abastecimento em uma rede de postos previamente cadastrados, mediante o pagamento de taxa administrativa à empresa vencedora do certame.

Esse modelo foi adotado pela Câmara Municipal de Ipatinga no Pregão Eletrônico nº 005/2024. Conforme informações obtidas junto ao referido órgão, o contrato decorrente desse procedimento não está sendo executado, em razão da ausência de interesse dos postos de combustíveis da região em se credenciar para o fornecimento no formato proposto pela administradora do cartão corporativo. Tal circunstância evidencia a inviabilidade dessa solução para a Câmara Municipal de Timóteo, uma vez que o município se insere em contexto geográfico e mercadológico semelhante ao de Ipatinga, o que tende a reproduzir as mesmas dificuldades operacionais.

Ressalta-se ainda que a Câmara Municipal de Ipatinga lançou novo edital para Pregão Eletrônico nº 90015/2025, com data limite para entrega das propostas em 22/12/2025, adotando como



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

critério de julgamento o maior desconto sobre o preço médio de revenda divulgado no último levantamento da ANP.

De forma semelhante, a Câmara Municipal de Santana do Paraíso, por meio de edital divulgado em fevereiro de 2025 para dispensa de licitação destinada à aquisição de 3.000 litros de gasolina, adotou a Tabela da ANP como parâmetro para fins de reajuste de preços. Tal medida visa à preservação do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, mediante consulta à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), considerando eventuais oscilações nos preços dos combustíveis após a formalização da solicitação por esta Casa de Leis.

A forma adotada nos últimos anos para aquisição dos combustíveis para Câmara tem sido pela modalidade Pregão, utilizando como critério de julgamento para a gasolina e etanol o produto do percentual de desconto ofertado sobre o valor médio dos itens publicado no site da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no período correspondente ao faturamento, para o município de Timóteo-MG, ou, na sua ausência, pela média dos preços de bomba nos postos dos municípios da região do Vale do Aço.

Foi realizada pesquisa em licitações com objeto semelhante no Portal de Compras Nacionais, realizando-se análise individualizada dos casos que atendessem aos critérios necessários, mediante verificação dos editais e das demais informações disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Nesse contexto, foram identificadas três licitações que adotaram o critério de maior percentual de desconto sobre a tabela da ANP, a saber:

- Município de Laranjal/PR - percentual de desconto de 0,05% sobre a tabela da ANP, conforme Ata de Registro de Preços nº 85/2025 publicada no site institucional oriunda do Pregão Eletrônico nº30/2025;
- Câmara Municipal de Capanema/PA - percentual de desconto de 0,1% sobre a tabela da ANP, conforme Ata de Registro de Preços nº 009/2025 publicada no PNCP oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº90001/2025;
- Município de Campo Grande/RN - percentual de desconto de 0,50% sobre a tabela da ANP, conforme Ata de Registro de Preços nº 38/2025 publicada no PNCP oriunda do Pregão Eletrônico nº9/2025.

A partir das licitações analisadas, apurou-se um percentual médio de desconto de 0,21%. Em cotação com fornecedor local,

registrou-se cotação de desconto de 0,25%, verificando-se que o percentual médio é compatível com preços praticados na região, sendo o percentual médio de desconto de 0,22% válido para média de mercado neste novo processo licitatório.

Para apuração do valor estimado deste processo, buscou-se o preço médio semanal dos combustíveis, ofertados ao consumidor na cidade de Timóteo/MG no período de 01/02/2026 a 07/02/2026, de acordo com a Pesquisa de Preços fornecida pelo Portal da Agência Nacional de Petróleo - ANP.

resumo_semanal_ipc_2026-02-01_2026-02-07.xlsx [Somente leitura] - Excel											Mercado Rique									
A1052 01/02/2026																				
OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO "ÓLEO DIESEL" SE REFERE AO ÓLEO DIESEL S 5500 COMUM																				
1	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIODIESEL - ANP																			
2	SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA																			
3	LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS																			
4																				
5																				
6	INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL																			
7	COMBUSTÍVEL: TODOS																			
8	TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS																			
9																				
10	DATA INICIAL/ DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF. DE VARIAÇÃO REVENDA									
1013	01/02/2026	07/02/2026	RIO GRANDE DO SUL	SAPUCAIA DO SUL	7	RS/L	6,25	0,057	6,17	6,29	0,009									
1014	01/02/2026	07/02/2026	RIO DE JANEIRO	SACUAMA	8	RS/L	6,38	0,388	6,17	6,67	0,029									
1015	01/02/2026	07/02/2026	BAHIA	SENHOR DO BONFIM	14	RS/L	6,45	0,217	6,27	6,79	0,034									
1016	01/02/2026	07/02/2026	ESPÍRITO SANTO	SERRA	14	RS/L	6,33	0,111	5,87	6,39	0,022									
1017	01/02/2026	07/02/2026	PERNAMBUCO	SERRA TALHADA	5	RS/L	6,47	0,067	5,85	7,59	0,149									
1018	01/02/2026	07/02/2026	BAHIA	SERENHIA	9	RS/L	6,15	0,190	5,96	6,39	0,031									
1019	01/02/2026	07/02/2026	MINAS GERAIS	SETE LAGOS	14	RS/L	6,06	0,080	5,87	6,29	0,013									
1020	01/02/2026	07/02/2026	MATO GROSSO	SINOP	8	RS/L	6,34	0,287	5,79	6,69	0,045									
1021	01/02/2026	07/02/2026	CEARA	SODERAL	8	RS/L	6,35	0,079	6,25	6,49	0,012									
1022	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	SOROCABA	19	RS/L	6,17	0,120	5,57	6,99	0,052									
1023	01/02/2026	07/02/2026	PARAIBA	SOLTA	8	RS/L	6,02	0,170	5,73	6,39	0,028									
1024	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	SUMARÉ	14	RS/L	6,06	0,120	5,69	6,39	0,036									
1025	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	SUZANO	10	RS/L	5,94	0,393	5,67	6,49	0,064									
1026	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	TABOÃO DA SERRA	8	RS/L	6,13	0,688	5,59	7,69	0,109									
1027	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	TATUI	9	RS/L	6,47	0,116	5,79	6,79	0,050									
1028	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	Taubaté	15	RS/L	5,88	0,111	5,67	6,09	0,019									
1029	01/02/2026	07/02/2026	BAHIA	TEIXEIRA DE FREITAS	8	RS/L	6,83	0,116	6,38	6,99	0,032									
1030	01/02/2026	07/02/2026	MINAS GERAIS	TEÓFILO OTONI	10	RS/L	5,93	0,113	5,84	6,19	0,019									
1031	01/02/2026	07/02/2026	PÁRÁ	TESOUCO	29	RS/L	5,97	0,071	5,78	6,99	0,017									
1034	01/02/2026	07/02/2026	MINAS GERAIS	TIMÓTEO	7	RS/L	6,03	0,090	5,94	6,19	0,015									
1035	01/02/2026	07/02/2026	PARANÁ	TOLEDO	10	RS/L	6,31	0,299	5,99	7,05	0,047									
1036	01/02/2026	07/02/2026	MINAS GERAIS	TRES CORACOES	8	RS/L	6,44	0,114	6,29	6,99	0,021									
1039	01/02/2026	07/02/2026	MATO GROSSO DO SUL	TRES LAGOS	9	RS/L	6,31	0,223	6,29	6,99	0,036									
1046	01/02/2026	07/02/2026	RIO DE JANEIRO	TRES RIOS	9	RS/L	6,81	0,080	6,79	6,89	0,007									
1057	01/02/2026	07/02/2026	GOIÁS	TRINDADE	4	RS/L	6,48	0,050	6,44	6,54	0,008									
1058	01/02/2026	07/02/2026	SANTA CATARINA	TUBARÃO	10	RS/L	6,43	0,147	6,19	6,79	0,023									
1059	01/02/2026	07/02/2026	SÃO PAULO	Ubatuba	8	RS/L	6,24	0,117	5,99	6,79	0,022									
1120	01/02/2026	07/02/2026	MINAS GERAIS	UBA	5	RS/L	6,08	0,018	6,05	6,09	0,003									
1121	01/02/2026	07/02/2026	MINAS GERAIS	Uberaba	17	RS/L	5,97	0,185	5,69	6,29	0,031									
1122	01/02/2026	07/02/2026	MINAS GERAIS	Uberlândia	21	RS/L	6,35	0,084	6,09	6,79	0,013									
1123	01/02/2026	07/02/2026	PARANÁ	UMARUMÁ	11	RS/L	6,28	0,202	6,11	6,59	0,032									
1124	01/02/2026	07/02/2026	MINAS GERAIS	UNAI	8	RS/L	6,15	0,108	5,89	6,29	0,017									
1140	01/02/2026	07/02/2026	PARANÁ	URUBAITA	7	RS/L	6,42	0,017	6,19	6,69	0,008									

Analisando o valor médio da gasolina comum para o Município de Timóteo/MG foi identificado de R\$ 6,03 (seis reais e três centavos) o valor do litro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

### Estado de Minas Gerais

Item	Quantidade	Valor tabela ANP (R\$)	Valor do litro com desconto (R\$)	Valor total do item com desconto
Gasolina comum	20.000 litros	6,03	6,02	R\$ 120.400,00
Etanol hidratado	1.000 litros	4,62	4,61	R\$ 4.610,00
Total estimado com desconto				R\$ 125.010,00

Analisando o valor médio do etanol hidratado o Município de Timóteo/MG foi identificado de R\$ 4,62 (quatro reais e sessenta e dois centavos) o valor do litro.

Aplicando-se esse percentual médio aos valores atuais da tabela da ANP, obteve-se o preço médio estimado abaixo, considerando duas casas decimais:

Item	Quantidade	Valor tabela ANP (R\$)	Valor do litro com desconto (R\$)	Valor total do item com desconto
Gasolina comum	20.000 litros	6,03	6,02	R\$ 120.400,00
Etanol hidratado	1.000 litros	4,62	4,61	R\$ 4.610,00
Total estimado com desconto				R\$ 125.010,00

A adoção de 2 (duas) casas decimais se deve a dois fatores fundamentais: consistência metodológica e a redução de erro sistêmico. A padronização visa minimizar a margem de erro de arredondamento e facilitar a compatibilidade com os sistemas de gestão da Câmara e do fornecedor.

Uma opção de adesão à Ata de Registro de Preço de outros órgãos não foi viável por não encontrarmos uma compatível com as demandas levantadas e com as especificações presentes para a contratação em análise.



Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

A alternativa viável para o atendimento à demanda, seria a contratação do fornecimento dos combustíveis por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, para dar uma maior abrangência ao certame e uma expectativa de contratação com êxito nos parâmetros de julgamento de maior percentual de desconto ofertado sobre o valor médio dos itens publicado no site da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP levando em consideração o valor médio no Município de Timóteo. Na ausência de apuração pelo portal da ANP para o Município de Timóteo/MG no período correspondente ao faturamento, adotar-se-á, sucessivamente, a seguinte hierarquia de referência de preços:

1º) preço médio de revenda ao consumidor final apurado pela ANP para o Município de Timóteo/MG no levantamento semanal imediatamente anterior disponível;

2º) preço médio de revenda ao consumidor final apurado pela ANP para o Estado de Minas Gerais no período correspondente ao faturamento;

3º) preço médio de revenda ao consumidor final apurado pela ANP para a região Sudeste no período correspondente ao faturamento;

4º) preço médio de revenda ao consumidor final apurado pela ANP para o Brasil no período correspondente ao faturamento;

5º) na impossibilidade de utilização de qualquer dos parâmetros anteriores, o preço de referência será apurado mediante pesquisa no preço de bomba dos postos credenciados na ANP, no mínimo, 3 (três) postos de combustíveis localizados no perímetro urbano de Timóteo/MG, realizada pelo fiscal do contrato no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data de emissão da nota fiscal, adotando-se a média aritmética simples dos preços coletados como valor de referência para fins de aplicação do percentual de desconto contratado.

Quanto aos serviços e fornecimentos contínuos, a Lei 14.133/2021 em seu art. 6º, inciso XV e XVI os conceitua como serviços contratados e compras realizadas pela Administração para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. Considera-se, portanto, o abastecimento da frota da Câmara Municipal de Timóteo o fornecimento contínuo de combustíveis para cumprimento de sua missão institucional em serviços internos e viagens.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

**6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021)**

De acordo com a pesquisa realizada pela servidora Marcela de Assis Roque, com base na Tabela de Preços Médios de Combustíveis da ANP de medição realizada no período de 01 a 07/02/2026 (conforme detalhamento no item anterior), obteve-se o valor preliminar médio de desconto de 0,22%.

Sendo o valor médio global estimado em R\$ 125.010,00 (cento e vinte e cinco mil e dez reais).

**7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18º, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021)**

O objeto proposto pela Administração é de contratação de empresa especializada no fornecimento e distribuição de combustíveis e derivados de petróleo, por demanda, para o atendimento integral das necessidades de deslocamento de pessoas e servidores da Câmara Municipal de Timóteo/MG, para o cumprimento de sua missão institucional, cuja finalidade e resultado final é o deslocamento de pessoas e transporte de materiais.

O Pregão Eletrônico se mostra a melhor forma para esta contratação, tendo em vista que abrange o maior número de participantes em razão do prazo mínimo de publicação de 8 dias úteis até a abertura do certame. Além disso, é possível adquirir combustíveis de qualidade atestada pelos órgãos reguladores dentro do preço de mercado, sem abrir mão do ciclo de vida do objeto.

A divulgação, a apresentação das propostas, o julgamento, a habilitação, até a adjudicação e homologação serão executados na plataforma [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), que tem se mostrado segura e cumpre os preceitos legais, definidos pela Lei. 14.133/2021, sem custo algum para o município. Para além disso, se intenciona com o ato, trazer para o processo empresas especializadas que possam atender o objeto integralmente.

**8 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021)**

A contratação deverá adotar o critério global, não se mostrando técnica ou economicamente justificável o parcelamento do objeto em contratos distintos para o fornecimento de etanol e gasolina. Tal medida implicaria a celebração e a gestão de dois

contratos administrativos para atender a uma demanda predominantemente concentrada em gasolina, combustível que representa a quase totalidade do consumo estimado da frota. Ressalta-se que o quantitativo previsto para etanol é significativamente inferior (1.000 litros), em comparação ao volume estimado de gasolina (20.000 litros), o que evidencia a desproporção entre os itens. Assim, os custos administrativos e operacionais decorrentes da gestão contratual adicional não se justificam frente à economia potencialmente obtida, sendo o critério global a solução mais eficiente, econômica e adequada ao interesse público.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de se determinar previamente o quantitativo exato de combustível que será efetivamente consumido ao longo do período de vigência da contratação. O consumo está sujeito a variações decorrentes da dinâmica das atividades institucionais, da intensidade de uso da frota e de eventuais alterações operacionais, razão pela qual os quantitativos foram definidos com base em estimativas de consumo histórico e projeções administrativas. Dessa forma, o registro de preços possibilita maior flexibilidade na execução contratual, permitindo a aquisição conforme a necessidade efetiva, sem obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo estimado, garantindo eficiência, controle de gastos e adequada gestão dos recursos públicos.

#### **9 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18º, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021)**

Suprir os veículos com combustível, objetivando condições adequadas de utilização e conservação, garantindo agilidade, economicidade e eficiência nos processos relacionados a frota da instituição, garantindo que toda a atividade para transporte de passageiros seja realizada com os automóveis estando aptos e em perfeitas condições de uso.

#### **10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18º, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021)**

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

#### **11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18º, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021)**



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
**Estado de Minas Gerais**

O Processo nº 69/2025, referente à Adesão nº 02/2025, cujo objeto é a locação de veículos, configura-se como contratação diretamente interdependente da presente aquisição. Isso porque a disponibilidade e o quantitativo de veículos locados impactam diretamente na definição da demanda e na estimativa dos quantitativos previstos neste processo.

**12 IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (art. 18º, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021)**

Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se e que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle. Assim, ao se exigir que a contratada se responsabilize em estar em acordo com as exigências da agência reguladora, já satisfaz as condições de sustentabilidade aplicadas à essa questão, conforme abaixo:

- Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

**13 CONCLUSÃO (art. 18º, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021)**

Diante das análises e fundamentações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação destinada à aquisição de combustíveis para atendimento da frota da Câmara Municipal de Timóteo. A solução proposta mostra-se necessária para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais do Poder Legislativo, atendendo às demandas permanentes e prolongadas do setor de transporte para atender os setores requisitantes, caracterizando-se como fornecimento de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os itens a serem adquiridos enquadram-se como bens comuns, nos termos da legislação vigente, razão pela qual a contratação poderá ser realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, tendo em vista a impossibilidade de se definir previamente o quantitativo exato de combustível a ser consumido ao longo da

vigência da contratação, sendo os volumes estimados com base no histórico de consumo.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser de 12 (doze) meses.

O critério de julgamento adotado será o de maior percentual de desconto ofertado sobre os preços médios dos combustíveis divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, garantindo objetividade, transparência e aderência às práticas de mercado.

Timóteo, 23 de fevereiro de 2026.

Aline Mendes de Oliveira Paiva Campideli

Coordenadora de Transporte